


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 03 de agosto de 2018, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Araraquara, Dr. Heitor Luiz Ferreira do Amparo. O referido é verdade. Nada mais. Eu, ,Cristiane Marques Gomes Treviso, Assistente Judiciário, digitei.

**SENTENÇA**

Processo nº: 1002989-21.2018.8.26.0037 -  
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Prestação de Serviços**  
Requerente: Deiseane Brete Mei  
Requerido: Associação dos Proprietários Em Bella Vittà Araraquara

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Heitor Luiz Ferreira do Amparo

Vistos.

DEISEANE BRETE MEI, estabelecida nesta cidade, promove contra ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS EM BELLA VITTA ARARAQUARA a presente ação ordinária alegando, em resumo, que é credora da requerida da importância que menciona decorrente da prestação de serviços de jardinagem; que inúteis foram as tentativas de recebimento do valor devido. Pede a procedência da ação para esse fim.

A requerida, regularmente citada, não contestou a ação (págs. 66).

É o relatório.

Não havendo necessidade de produção de outras provas, passo a decidir.

**1002989-21.2018.8.26.0037 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

Com efeito, a ausência de contestação por parte da requerida faz presumir como verdadeiros os fatos alegados pela autora em seu pedido inicial (art. 344 C.P.C.).

A autora, por sua vez, instruiu o pedido adequadamente fazendo prova do que alega com os documentos de págs. 17/31.

É certo, ainda, que os valores reclamados não foram satisfeitos oportunamente o que torna justa e legítima a pretensão da autora.

Diante do exposto, julgo procedente a ação e condeno a requerida no pagamento do principal reclamado, acrescido de juros de mora desde a citação, correção monetária do ajuizamento do pedido.

Arcará, ainda, a requerida com o pagamento das custas processuais e honorários de advogado de dez por cento sobre o valor final da condenação.

Intime-se.

Araraquara, 06 de agosto de 2018

Heitor Luiz Ferreira do Amparo  
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA